



MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:

trajetória histórica na luta por uma universidade pública e de qualidade.

Maria Lenira Gurgel Cavalcante*

RESUMO

Artigo produzido a partir da monografia de graduação, cujo objeto de estudo consistiu na análise da ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) no contexto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) no interregno de 1965 a 2005. Os resultados produzidos nos admitem enfatizar que a ação hegemônica desse segmento estudantil está vinculada à concepção de educação como direito social, contrariando, assim, os interesses da lógica capitalista neste setor. Tal dimensão é materializada em diversas atividades realizadas em contextos diferentes direcionadas para defesa da UERN como uma instituição de ensino pública, gratuita e de qualidade.

Palavras - chave: Movimento Estudantil de Serviço Social; Educação; Direito Social.

ABSTRACT

Article produced from the graduation monograph, whose object of study consisted of the analysis of the action politics of the Movement Estudantil de Serviço Social (MESS) in the context of the University of the State of the Great River of Norte (UERN) in interregno of 1965 the 2005. The results produced in admit them to emphasize that the hegemonic action of this estudantil segment is tied with the conception of social education as right, opposing, thus, the interests of the capitalist logic in this sector. Such dimension is materialized in diverse activities carried through in directed different contexts for defense of the UERN as institution of a public, gratuitous education and of quality.

Words - key: Movement Estudantil de Serviço Social; Education; Social right.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho desenvolvemos um estudo sobre a atuação do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em que privilegiamos as discussões referentes à contribuição deste movimento para universidade no tocante a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Tratamos da educação nos limites da sociabilidade capitalista, nessa dimensão, consideramos que as contradições inerentes deste modelo societal, rebate nos diversos complexos sociais, incluindo o campo educacional. Logo, compreendemos a educação como uma esfera

*Mestranda em Serviço Social-Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

caracterizada pela disputa de projetos diferenciados, ou seja, identificamos, de um lado, a defesa da educação como um direito social e elemento importante na construção e desconstrução de valores, projeto este defendido hegemonicamente pelo Movimento Estudantil (ME); e de outro lado, verificamos a luta de grupos privatistas que consideram o setor educacional como mercadoria, portanto, vinculado aos interesses do capital, associado à concepção da educação restringir-se a funcionalidade de atender as necessidades do mercado.

2 EDUCAÇÃO NOS LIMITES DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: contradições e rupturas

A sociedade erguida sob a égide capitalista, apresenta como antagonismo basilar, a socialização da produção e a apropriação privada da mesma. Nestes termos, podemos inferir que, este modelo societário se fundamenta no aprofundamento da exploração, da dominação e das desigualdades sociais, elementos estes, caracterizadores de um sistema, cujo objetivo insaciável a ser atingido, constitui-se na obtenção de lucros e a acumulação de capital, independentes das conseqüências geradas, ou seja, “a condição essencial para existência e o domínio da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares” (MARX e ENGELS, 1998, p.19).

Apreendendo o capitalismo como cenário de exploração é necessário destacar, que a subordinação de uma classe em relação à outra, não é exercida somente com o uso da força, mas, também, mediante a utilização de diversos mecanismos, como forma de garantir a reprodução da força de trabalho e de sua condição de classe como tal.

De acordo com a perspectiva de Gramsci, a classe dominante utiliza as instituições como igrejas, escolas, meios-de-comunicação, entre outras, para propagar sua ideologia, visando que esta seja internalizada pelos vários segmentos sociais, no intento de estabelecer concepções hegemônicas e proporcionar um ambiente consensual propício a sua dominação e manutenção.

Outro mecanismo empregado consiste nas políticas sociais, as quais apresentam um caráter contraditório, na medida em que representam uma conquista das classes subalternas, ao mesmo tempo, se configuram como resposta do capitalismo na administração dos conflitos políticos e das desigualdades sociais. Assim respaldada em Neves, Ramos, (1996, p.52), afirma:

A função das políticas públicas, no capitalismo monopolista, é responder, simultaneamente, às necessidades de valorização do capital e de mediação política dos interesses antagônicos que atravessam a sociedade urbano-industrial. As políticas sociais são uma fração das políticas públicas e respondem, portanto, a essa dualidade.

De tal modo, a educação, como política social, exprime as contradições inerentes da sociedade capitalista, esta tendo como base a dominação e subordinação, ou seja, proporciona a qualificação da mão-de-obra para atender o desenvolvimento e reprodução do sistema, bem como, permite o ingresso de sujeitos de diversos segmentos sociais em instituições produtoras de conhecimento, vistas como meio de se conseguir ascensão social.

São importantes as contribuições de Mézaros sobre a funcionalidade da educação para ordem societária vigente, assim, ele retrata:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos serviu -no seu todo- ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessários à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes (MESZÁROS, 2005, p.35)

Em consonância com essa perspectiva, Tonet (1998) ressalta que o indivíduo na sociedade do capital, é visto tão somente como força de trabalho necessária para reprodução do sistema, portanto, não sendo valorizado como ser humano integral.

Sob a ótica do capitalismo, a função precípua da educação é legitimar a ordem instituída, através da internalização, por parte dos indivíduos, do consenso propagandeado, com vistas a corresponder aos interesses dominantes.

Contudo, é importante reafirmar que o antagonismo conforma um elemento intrínseco da sociabilidade capitalista, de tal modo os diversos complexos sociais nela situados são atravessados por contradições, conseqüentemente constituem espaços de correlação de forças e disputa de hegemonia dominante. Logo:

A esfera da educação tem na reprodução do capital a tônica do seu desenvolvimento. E que ele envidará todos os esforços para subsumir à sua lógica toda e qualquer iniciativa, mesmo aquelas que, em princípio lhe poderiam ser contrárias. Mas, na medida em que a sociabilidade gerada pela contradição entre capital e trabalho é contraditória a possibilidade de uma oposição a hegemonia do capital também é uma possibilidade real. (TONET, 1998, p.5)

Sob esse mesmo ângulo de análise Frigotto (1996) concebe a esfera educacional como espaço processual de disputa hegemônica, na medida em que contribui na reprodução do capital e proporciona o acesso ao saber de pessoas pertencentes à classe trabalhadora, assim, a educação se define como prática inserida no conjunto das relações sociais contraditórias do sistema capitalista.

Nessa realidade complexa, o autor evidencia que historicamente a educação tem atendido as necessidades do atual modelo societário, de tal forma, no período de supremacia do padrão de produção pautado no fordismo/taylorismo, caracterizado pela

mecanização e automação a perspectiva de treinamento de mão-de-obra, constituía-se em elemento marcante do setor educacional, e que no contexto brasileiro o golpe de 1964, com suas legislações trataram de ratificar e sustentar esta dimensão, associado às particularidades da nossa formação, como o clientelismo e o autoritarismo.

A crise do capital no final dos anos 1970 provocou a emergência em nível mundial do modelo de produção e acumulação baseada, sobretudo, na flexibilidade das relações de produção e trabalhista, como resposta do capitalismo ao refluxo vivenciado. Esse padrão passou a exigir profissionais cada vez mais criativos e qualificados, no intuito de adequar-se as novas requisições capitalistas, rebatendo diretamente nos processos educativos, no sentido da lógica vigente ao passo que ocasiona a redução do trabalho vivo, eleva-se a necessidade de qualificação do mesmo, numa conjuntura de verdadeira revolução tecnológica, tornando-se interessante destacar que:

a luta é justamente para que a qualificação humana não seja subordinada às leis do mercado e a sua adaptabilidade e funcionalidade, seja sob a forma de adiestramento e treinamento estreito da imagem domesticável dos esquemas taylorista, seja na forma da polivalência e formação abstrata, formação geral ou policognação reclamados pelos modernos homens de negócios e os organismos que os representam (FRIGOTTO, 1996, p.31)

Mészáros, também demonstra essa preocupação ao trabalhar uma outra perspectiva de educação, a qual tem significado importante no processo direcionado para construção da emancipação humana.

Nesse sentido, educação deve ter como ponto de referência o ser humano e a prerrogativa de provocar alterações nas concepções políticas, econômicas, sociais e culturais, apresentando como característica indispensável à capacidade de desvendar a realidade, concebendo os sujeitos como verdadeiros construtores da história, portanto, capazes de proporcionar mudanças a partir do uso do pensamento e da reflexão, elementos imprescindíveis na realização de ações vislumbrando a desalienação.

A perspectiva de uma concepção crítica é necessária para desvendar as determinações que impossibilitam a materialização de uma educação formal libertadora no marco da sociabilidade sob a égide do capital, pois tal sistema se reproduz, tendo como essência a perpetuação e ampliação das contradições que lhe são intrínsecas. Contradições às quais a ordem vigente tem como propósito mascarar suas origens, procurando impingir nos indivíduos a naturalização das mesmas, com o maqueamento da realidade, como maneira de atender aos anseios do capitalismo, contribuindo para a permanência das relações desiguais e desumanas que lhe dão sustentação.

Uma compreensão abrangente de educação, conforme o pensamento de Mészáros significa o entendimento de que o processo de aprendizagem não se restringe a

esfera institucional utilizada pelo capital, mas engloba todos os aspectos da nossa vida, tornando-se imprescindível a interconexão desse processo abrangente com a dimensão formal, no intuito de viabilizar uma redefinição para educação, na perspectiva de contribuir com a ruptura da lógica atual. Para isso, é inevitável e urgente à universalização da educação e do trabalho, como princípios elementares nesta empreitada de ultrapassagem da ordem social capitalista. A preocupação por uma outra concepção educacional, também, é sinalizada em Tonet (1998, p.10) “é evidente que uma educação voltada para a construção de uma sociedade que tenha como horizonte a emancipação humana terá que ser norteadada por princípios e deverá encontrar formas profundamente diferentes daquela voltada para a reprodução da sociabilidade regida pelo capital”.

Entretanto, vemos, na realidade brasileira, um brutal distanciamento no que se refere à universalização da educação, visto que atendendo às exigências do capitalismo, sobretudo, internacional; visto que, a heteronomia constitui-se um traço fundante na nossa formação, assim, visualizamos a tentativa da transformação da educação em mercadoria, com vistas, a se converter em mais um setor rentável na busca desumanizante pelo lucro.

3 O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

O Movimento Estudantil (ME) constitui-se num importante espaço de organização e atuação política da juventude. Sendo os anos de 1960, caracterizados pela radicalidade de suas ações, especialmente, voltadas para negação do sistema ditatorial, implantado com o regime militar de 1964, enquanto, dos anos 1980, aos dias atuais, notamos uma ação menos combativa, sobretudo, a partir da década de 1990, momento da consolidação das concepções neoliberais no Brasil. Essas alterações foram influenciadas pelas mudanças estruturais e conjunturais, ocorridas ao longo dos últimos anos, bem como da emersão de outras esferas coletivas de expressão juvenil, contribuindo, dessa maneira, na descentralização do âmbito universitário como *locus* primordial de organização dos (as) jovens brasileiros (as); além disso, o ME se depara, na contemporaneidade, com problemáticas complexas como: a existência de entidades burocráticas, desmobilização influenciada, também, pela conjuntura neoliberal de supervalorização do individualismo, elementos estes que rebatem na sua organização política. Entretanto é importante enfatizar que

Não restam dúvidas que alguns estudantes estão interessados apenas no conhecimento instrumental e no domínio da base técnica para exercer a profissão escolhida, no entanto também estão presentes aqueles que se preocupam com transformações no âmbito ético e político, com vista a uma sociedade mais justa (ALMEIDA, 2004, p.11)

Embora com todas essas transformações, acreditamos que, ao longo de sua história o ME, hegemonicamente, desenvolve ações relevantes na luta em prol da universidade pública no Brasil, portanto, corroborando, na defesa da educação circunscrita no campo dos diretos.

3.1 *“nós nos organizando podemos desorganizar”*: movimento estudantil de serviço social no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Conforme os dados produzidos, no período de repressão da ditadura militar, a atuação do MESS, em âmbito local, não conseguiu implementar mobilizações expressivas, tanto, no tocante a situação repressiva como em relação à própria universidade.

No cenário de transição do regime militar, caracterizado pela reorganização da sociedade civil, incluindo o ME, com o ressurgimento e consolidação da UNE em nível nacional, tivemos, no contexto da UERN, lutas em defesa da sua estadualização, na qual, hegemonicamente, o MESS, assumiu papel relevante neste processo, articuladamente, com outros setores, especialmente, os (as) professores (as).

A partir dos anos 1990 à atualidade, observamos a realização de atividades e discussões importantes, principalmente, referentes à necessidade de criar e ampliar condições que permitam a permanência dos (as) estudantes na universidade. Nessa conjuntura, identificamos a efetivação de lutas fragmentadas e dificuldades, decorrentes, sobretudo, da desmobilização dos sujeitos e das entidades estudantis, contribuindo, dessa forma, na fragilização político-organizativa desse segmento, realidade essa influenciada pelo cenário neoliberal de fortalecimento da cultura individualista. Nessa perspectiva, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, associada à lógica hegemônica do neoliberalismo contribuem na dimensão de que:

O jovem universitário se depara hoje, muito mais com a preocupação relativa à sua inserção futura como força de trabalho, do que com a vida universitária propriamente dita. De tal forma esta preocupação se avizinha no cotidiano do estudante universitário que ele, invariavelmente, tende a se afastar de formas coletivas de ação no âmbito da universidade, preocupado que está com sua própria sobrevivência enquanto força de trabalho¹. (ALMEIDA, 2004, p.5)

Nesse sentido, a reestruturação produtiva provocou mudanças significativas no mundo do trabalho, a introdução de tecnologias, cada vez mais avançadas, acarreta a elevação do número de desempregados (as), sobretudo, no setor formal e a conseqüente elevação da esfera informal caracterizada pela falta de garantias sociais e trabalhistas; a

¹Tal afirmação efetivada por Loriza Lacerda de Almeida está presente na sua tese de doutorado, a qual tratou de compreender as modificações sofridas pela juventude universitária na contemporaneidade. A partir da análise das entrevistas realizadas algumas das conclusões asseguradas são: apesar dos entrevistados interpretarem que a inserção dos jovens se dá de forma muito restrita, eles próprios relatam que desenvolvem diferentes ações de intervenção; manifestam também um descrédito e uma rejeição muito forte a política institucional; os entrevistados que participam das diretorias das entidades apresentam um discurso bem mais articulado e subsidiado de informações, entre outras considerações ressaltadas pela autora.

polivalência e o discurso da qualidade total, exige pessoas qualificados e capazes de desempenhar várias funções no mesmo espaço profissional. Os aspectos ressaltados sinalizam a existência de uma sociabilidade extremamente competitiva e individualista, em que a sobrevivência constitui-se numa preocupação e desafio constantes.

Apesar das dificuldades e desafios enfrentados pelo MESS, no decorrer de sua trajetória, consideramos que o direcionamento de sua atuação volta-se para defesa da educação como direito social e fica evidenciado o seu compromisso, hegemônico, com os segmentos sociais historicamente subalternizados.

4 CONCLUSÃO

No âmbito da sociabilidade capitalista, identificamos a presença de projetos educacionais contraditórios. De um lado, a perspectiva em reduzir tal esfera a um mecanismo utilizado no processo de reprodução do capital e que, sob a atual lógica neoliberal, visualizamos o esforço de transformá-la em uma simples mercadoria. De outro, temos a tendência de conceder a educação como direito social e elemento relevante no desenvolvimento das diversas dimensões do ser humano.

Nesta relação complexa e contraditória, a pesquisa evidenciou que a atuação política do MESS apresenta um compromisso cuja expressão hegemônica vincula-se com a concepção de educação como direito dos sujeitos sociais. Nesse sentido, no decorrer de sua trajetória histórica, o MESS desenvolveu atividades importantes, as quais, em diferentes conjunturas brasileiras e uernianas potencializaram essa luta a partir da defesa da UERN, como uma instituição de ensino pública, democrática, gratuita e de qualidade.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Loriza Lacerda. **A juventude universitária e a nova sociabilidade: continuidade ou ruptura?** Centro de Estudos Sociais, faculdade de Economia, Universidade de Coimbra: mimeo, 2004. 14F.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TONET, Ivo. **Educação e concepções de sociedade.** Marília, mimeo, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZAROS, Istevan. **A educação para além do capital.** Tradução, TAVARES, Ilsa. São Paulo: Boitempo, 2005.

RAMOS, Sãmya R. **A ação política do movimento estudantil do serviço social:** caminhos históricos e alianças com sujeitos coletivos. Dissertação de mestrado em Serviço Social- UPPE. Recife: mimeo, 1996.